



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO- 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 85/2008

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, por intermédio de um dos Pregoeiros designados pela Portaria 026/2005, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, em obediência ao disposto nas Leis 8.666/93, de 21/06/93 e 10.520 de 17.07.2002, Estatuto da Micro e Pequena Empresa LC 123/06, regulamentada pelo Decreto 6.204/07 e 5.450/2005, no Acordo de Cooperação Técnica nº 04CN001 para utilização de sistema informatizado de licitações, firmado com o Banco do Brasil S/A, publicado no DOU, Seção III, em 06/02/04, subsidiariamente às Leis 8.078/90 e 9.784/99 e suas alterações e demais legislações complementares, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, destinada aos serviços de que trata o presente Edital.

**PREGÃO ELETRÔNICO 085/2008.**

**PROCESSO TRT/DG/019/2008**

|                |  |
|----------------|--|
| <b>OBJETO:</b> | <b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMA CFTV DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS E DE PORTAIS DETECTORES DE METAL EM UNIDADES DO TRIBUNAL EM BELO HORIZONTE E INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E DEMAIS CONDIÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL.</b> |
|----------------|--|

|              |                             |
|--------------|-----------------------------|
| <b>TIPO:</b> | <b>MENOR PREÇO (global)</b> |
|--------------|-----------------------------|

|                            |                 |
|----------------------------|-----------------|
| <b>REGIME DE EXECUÇÃO:</b> | <b>INDIRETA</b> |
|----------------------------|-----------------|

**LIMITE PARA APRESENTAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO OU RETIRADA DA PROPOSTA E ABERTURA DAS PROPOSTAS NO MEIO ELETRÔNICO**

**15 DE DEZEMBRO DE 2.008**

**9 HORAS**

**DATA E HORÁRIO PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE LANCES**

**15 DE DEZEMBRO DE 2.008**

**11 HORAS**

**OBTENÇÃO DO EDITAL**

|            |   |
|------------|---|
| <b>TRT</b> | DISPONÍVEL PARA LEITURA, OU PARA CÓPIA, NA RUA CURITIBA, 835, 7º ANDAR, BELO HORIZONTE/MG, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DE 10 ÀS 18 HORAS. |
|------------|---|

|                 |  |
|-----------------|--|
| <b>Internet</b> | EDITAL, NA ÍNTEGRA, DISPONIBILIZADO NO SITE: <a href="http://www.trt3.jus.br">www.trt3.jus.br</a> (consultas/licitações) e/ou <a href="http://www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a> . |
|-----------------|--|

**ESTE INSTRUMENTO CONTÉM:**

**Edital com 21 páginas (incluindo os anexos I a III) e minuta contratual**

O Pregoeiro informa que os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço eletrônico: [dsm@trt3.jus.br](mailto:dsm@trt3.jus.br), conforme o art. 19 do Decreto 5.450/05



## **1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante a utilização de recursos de criptografia e autenticação, que assegurem condições de segurança em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor deste Regional, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitacoes-e, constante da página eletrônica [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

1.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## **2 – OBJETO**

2.1 – Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de sistema CFTV de monitoramento por câmeras e de portais detectores de metal em unidades do Tribunal em Belo Horizonte e interior do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de peças e componentes originais em substituição, quando necessários, tudo na forma das especificações, quantidades, periodicidades e demais elementos constantes deste edital e seus anexos.

## **3 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 – A despesa resultante desta licitação correrá à conta de dotações orçamentárias próprias deste Tribunal, mediante verba PTRES 000571-339039 e 339030.

## **4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

4.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação de habilitação.

4.1.1 – Como requisito para participação neste Pregão o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 28, do Decreto 5.450/05 e na legislação pertinente.

4.2 - Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer interessado, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples digitação da proposta a indicação, por parte do proponente, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93, aplicada subsidiariamente.

4.3 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Em processo de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
- b) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.
- c) Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.
- e) Que possuam, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF).



## **5 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

5.1 - O Certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar o processo licitatório;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- c) Conduzir a sessão pública na Internet;
- d) Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) Dirigir a etapa de lances;
- f) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quanto mantiver sua decisão;
- h) Indicar o vencedor do certame;
- i) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- j) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- k) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

5.2 – A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

5.3 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico até o encerramento, com a adjudicação do objeto e homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro.

## **6 - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO "licitacoes-e"**

Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A., sediadas no País, nos termos e condições abaixo estabelecidos:

6.1 - O interessado deverá acessar o site <http://www.licitacoes-e.com.br>, clicar na opção "Solicitação de Credenciamento no licitações", preencher os formulários constantes do mesmo, imprimir o "Termo de Adesão ao Regulamento" e o "Termo de Nomeação do Representante", que, após assinados, deverão ser entregues em qualquer agência do Banco do Brasil S/A.

6.2 – Os interessados em participar deste Pregão poderão credenciar representante(s), mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema "licitacoes-e", no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão.

6.3 – Sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora.

6.4 - A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, ou por iniciativa do Banco do Brasil S.A, devidamente justificada.

6.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região ou ao Banco do Brasil S/A responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



6.6 - O credenciamento da empresa e de seu representante legal, junto ao sistema eletrônico, implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.7 – As dúvidas dos interessados, quanto ao credenciamento, deverão ser sanadas através do telefone 3003-0500 para atender os municípios localizados nas capitais e regiões metropolitanas, e para as demais localidades o serviço será prestado por meio do número 0800-7290500.

## **7 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

7.1 Para atendimento às determinações contidas no Capítulo V da Lei Complementar 123/06 e no Art. 34 da Lei 11.488/2007, os representantes deverão identificar, no sistema eletrônico e em tela própria, o tipo do segmento da empresa que representam (micro-empresa, empresa de pequeno porte, cooperativa ou outras empresas).

7.2 – As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, no sítio “licitacoes-e”. Deverá ser informado somente o valor global para a prestação dos serviços, conforme apurado na planilha de preços constante no Anexo III. Os valores deverão estar expressos em reais e com duas casas decimais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

7.3. – É de inteira responsabilidade dos licitantes o conhecimento dos serviços cotados e a observação às especificações, de forma a serem atendidas integralmente.

7.4 – Serão desclassificadas as propostas que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.5 - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.6 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.7 – Somente o licitante vencedor deverá encaminhar proposta comercial, pormenorizada conforme descrito nos subitens 10.2.2, letra “c” ou 10.3.2, letra “a”.

7.8 – A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data prevista para abertura das mesmas.

## **8 – DA ABERTURA**

8.1 - A partir do horário previsto no sistema, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento exigidas.

8.2 - Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. O Sistema comunicará, imediatamente, aos licitantes, o recebimento, horário de registro e valor do lance.

8.3 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

8.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.



8.6 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.7 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

8.8 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

8.9 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço utilizado para divulgação.

## **9 – DA HABILITAÇÃO**

9.1 – Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:

- a) habilitação jurídica;
- b) regularidade fiscal;
- c) qualificação econômica e financeira;
- d) qualificação técnica;
- e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo I;

9.2 – Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, **desde que estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.**

9.3 - As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo providenciar a regularização, se vencedora, conforme subitem 11.7, deste Edital.

9.4 - As empresas interessadas, que não estiverem cadastradas no SICAF, poderão realizar o seu cadastramento em Unidades Cadastradoras dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizados nas Unidades da Federação.

9.4.1 - A relação dos documentos e os procedimentos necessários para cadastro no SICAF, estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br>. > **Publicações > Manuais > Manual de Cadastramento de Fornecedores - SICAF**

9.5 – A **habilitação jurídica** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Registro comercial, em se tratando de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, nos quais deverão estar contemplados, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto desta licitação.



- c) Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, em se tratando de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**Observação:** Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

9.6 – A **regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de regularidade para com as fazendas Federal (Receita Federal e Dívida Ativa), Estadual (ou Distrito Federal) e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- c) Prova de inexistência de débito perante a Previdência Social, nos termos da Ordem de Serviço nº 207, de 08.04.99, da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS, DOU de 15.04.99.
- d) Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS, conforme determina o artigo 27, letra "a", Lei 8.036, de 11/05/90.

9.7 – A **qualificação técnica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovação, através de uma ou mais atestado(s) de capacidade técnica de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, emitido (s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

9.8 – A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, com a comprovação dos seguintes índices:
- *Índice de Liquidez Geral* (LG) maior que 1;
  - *Solvência Geral* (SG) maior que 1;
  - *Índice de Liquidez Corrente* (LC) maior que 1, calculados pelas seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

**AC** = ATIVO CIRCULANTE

**PC** = PASSIVO CIRCULANTE

**AT** = ATIVO TOTAL

**ELP** = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

**RLP** = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO



- 9.8.1 - As empresas em funcionamento há menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência relativa à qualificação econômico-financeira, mediante a apresentação do *Balanço de Abertura*.
- 9.8.2 - Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- a) publicados em Diário Oficial ou;
  - b) publicados em jornal de grande circulação ou;
  - c) registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
  - d) por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma do art. 6º, da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 11 de agosto de 1997, acompanhada, obrigatoriamente, dos termos de abertura e de encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para apreciação pelo Pregoeiro e a Equipe de Apoio, fica dispensada a inclusão, na documentação, dos seus respectivos Termos de Abertura e de Encerramento.
- 9.8.3 - Comprovação de capital social ou patrimônio líquido de, no mínimo, o valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação - **exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.**

9.9 - Os documentos exigidos neste edital deverão estar válidos no momento em que forem solicitados pelo Pregoeiro (imediatamente após a realização da sessão de lances ou a qualquer momento durante toda a realização do Pregão).

9.10 - Os documentos emitidos por meio eletrônico – internet - poderão ser apresentados em cópias simples e estão condicionados à verificação de sua autenticidade e validade na internet, prevista, ainda, a emissão dos documentos, via internet, pela equipe de apoio.

9.11 - Os demais documentos exigidos neste edital deverão ser entregues no original ou em cópia autenticada.

9.12 - Será fixada em 90 (noventa) dias, a partir de sua expedição, a validade dos documentos públicos que não trouxeram esta informação evidenciada.

9.13 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente edital e/ou seus anexos.

9.14 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado, exceto as microempresas ou empresas de pequeno porte na forma prevista na Lei Complementar 123/2006.

9.15 – Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, conforme estabelecido no § 4º, art. 25, do Decreto 5.450/05.

## **10 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

10.1 – O **licitante que ofertar o menor preço** deverá atender aos subitens a seguir, na forma e nos prazos estabelecidos, conforme seja cadastrado ou não no SICAF.

10.1.1 - O não atendimento às exigências contidas nestas cláusulas importará na inabilitação imediata do licitante.

**10.2 – A empresa arrematante não cadastrada no SICAF deverá enviar:**



10.2.1 - no prazo de 01 (uma) hora a contar do término da sessão de lances ou, no caso de haver inabilitações/desclassificações, quando solicitado pelo pregoeiro:

a) os documentos de habilitação constantes dos subitens 9.5 a 9.8, via fax, para os números (31) 3238-7807 ou 32387808, podendo, ainda, ser inseridos eletronicamente no campo “DOCUMENTOS”, que será disponibilizado aos fornecedores depois de encerrada a disputa.

b) as declarações dos Anexos I e II, se for o caso, deste Edital, que deverão ser inseridas eletronicamente no campo “DOCUMENTOS”, que será disponibilizado aos fornecedores depois de encerrada a disputa ou, ainda, enviados por fax.

10.2.2 – No prazo de 3 (três) dias úteis deverá ser entregue na rua Curitiba, 835, 7º andar, Belo Horizonte/MG, CEP: 30170-120, em envelope lacrado, constando identificação do licitante e nº do Pregão, os documentos a seguir:

a) os documentos de habilitação, original ou por cópia autenticada, enumerados nos subitens 9.5 e 9.8 do edital, já enviados eletronicamente ou via fax.

b) as originais das declarações do anexo I e do anexo II, se for o caso.

c) proposta comercial ajustada ao lance ofertado e conforme planilha de formação de preços constante no Anexo III, com as especificações completas dos serviços a serem prestados e demais dados da empresa tais como: razão social, CNPJ, Inscrição estadual, endereço, telefone, fax, nome e número do banco e agência onde mantém conta, número da conta bancária da empresa e praça de pagamento, nome e nº do CPF do representante – para fins de assinatura do contrato.

d) Em se tratando de representante apresentar procuração por instrumento público ou particular e a comprovação de que os poderes outorgados foram concedidos por quem de direito.

**10.3 – A empresa arrematante cadastrada no SICAF deverá apresentar os documentos na forma e nos prazos estabelecidos nos subitens abaixo.**

10.3.1 - No prazo máximo **de 1 (uma) hora** do término da sessão de lances (e no caso de inabilitações/desclassificações, quando solicitado pelo pregoeiro), enviar eletronicamente as declarações dos **Anexos I e II**, se for o caso, que **deverão ser inseridas no campo “DOCUMENTOS”**, que será disponibilizado aos fornecedores depois de encerrada a disputa, assim como os documentos referentes à qualificação técnica, **subitem 9.7**. Os documentos poderão ser encaminhados via fax para os números (31) 3238-7807 ou 3238-7808.

10.3.2 - No prazo máximo **de 3 (três) dias úteis**, o licitante que ofertar o menor preço, deverá entregar na rua Curitiba, 835, 7º andar, Belo Horizonte/MG, CEP: 30170-120, em envelope lacrado, constando identificação do licitante e nº do Pregão, os seguintes documentos:

a) proposta comercial ajustada ao lance ofertado e conforme planilha de formação de preços constante no Anexo III, com a especificação completa dos serviços a serem prestados e demais dados da empresa tais como: razão social, CNPJ, Inscrição estadual, endereço, telefone, fax, nome e número do banco e agência onde mantém conta, número da conta bancária da empresa e praça de pagamento, nome e nº do CPF do representante, para fins de assinatura do contrato.

b) **Ato constitutivo da empresa, estatuto ou contrato social em vigor**, (sociedade por ações deverá apresentar documento de eleição de seus administradores), com objeto compatível ao desta licitação e/ou alterações contratuais pertinentes, em original ou cópia autenticada, para identificação do(s) sócio(s) administrador(es).





- Em se tratando de representante apresentar procuração por instrumento público ou particular e a comprovação de que os poderes outorgados foram concedidos por quem de direito.

c) Documentos de qualificação técnica, original ou cópia autenticada, conforme subitem 9.7 do edital.

d) as originais das declarações do anexo I e do anexo II, se for o caso.

## **11 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

11.1 – Para julgamento da proposta, será considerada vencedora aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas neste certame, ofertar o **MENOR PREÇO** global, apurado conforme planilha de formação de preços contida no Anexo III, para prestação dos serviços elencados neste edital e seus anexos.

11.2 - O Sistema Eletrônico não aceitará desistência dos lances ofertados.

11.3 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

11.4 - No caso de o arrematante não se enquadrar como ME ou EPP e existir na disputa beneficiários da LC nº 123/06 cujos preços forem até 5% superior ao melhor ofertado, proceder-se-á da seguinte forma:

a) O sistema identificará a existência da situação de empate informando o nome da empresa. O pregoeiro convocará a ME ou EPP mais bem classificada para apresentar uma nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 minutos.

b) O prazo acima é decadencial, não havendo manifestação da empresa convocada o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática, para exercício do mesmo direito.

c) As microempresas e as empresas de pequeno porte, deverão se enquadrar nas condições estabelecidas no Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e declarar, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando aptas a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela LC 123/06.

d) A identificação do segmento da empresa (micro-empresa, empresa de pequeno porte, cooperativa ou outras empresas), deverá ser feita, pelo representante da licitante, no momento de inserção da proposta no sistema eletrônico, conforme subitem 7.1.

11.4.1 - A convocação e a apresentação das propostas referidas acima ocorrerão na sala de disputa, estando estas informações disponíveis para os demais participantes do pregão e para toda a sociedade.

11.5 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, podendo negociar com o licitante para obter proposta melhor.

11.6 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será conferida a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

11.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à ME ou EPP o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for



declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação.

11.7.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e no Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

11.8 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos na LC 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.9 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

11.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências que julgue necessárias à análise das propostas e da documentação, cabendo aos licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado e fixado na convocação.

11.11 – A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

11.12 – Serão desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo com as condições previstas neste Pregão, bem como as que se manifestarem inexeqüíveis, nos termos do art. 48, II, e § 1º da Lei 8.666/93.

## **12 – DA GARANTIA**

12.1 - A contratada obriga-se a prestar garantia dos serviços executados, bem como exercer a garantia do fabricante das peças e componentes substituídos contra eventuais defeitos de fabricação e/ou transporte, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos bens ou serviços.

## **13 – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE**

13.1 - Será declarado vencedor do procedimento licitatório o licitante que apresentar a proposta de menor valor ou ofertar o menor preço global, apurado conforme planilha constante no Anexo III deste edital e desde que o objeto cotado atenda as especificações exigidas e esteja dentro do limite do valor estimado.

## **14 - DA NOTA DE EMPENHO E DO CONTRATO**

14.1 – Fica o licitante vencedor convocado a retirar a Nota de Empenho respectiva, à rua Curitiba, 835, 7º andar, em até 03 (três) dias úteis a contar da notificação de sua liberação, que será comunicada, pela Equipe de Apoio, à empresa adjudicatária.

14.2 – Fica o licitante vencedor convocado a assinar o termo contratual, na Rua Desembargador Drumond, nº 41, 12º andar, Bairro Serra BH/MG, no prazo de 02 (dois) dias úteis da data do recebimento da respectiva Nota de Empenho, em conformidade com o disposto no art. 64, da Lei nº 8.666/93.

14.3 - Se, quando da emissão da Nota de Empenho, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, a empresa deverá providenciar a regularização dos referidos documentos.

## **15 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**



15.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

15.1.1 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a petição no prazo de até vinte e quatro horas.

15.1.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

15.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço indicado no edital.

15.3 - Declarado o vencedor, qualquer licitante, durante a sessão pública, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, no prazo estabelecido no subitem 14.5, sendo que o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões, pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (três) dias.

15.4 – A sessão pública compreende, sucessivamente, a abertura de propostas, a etapa de lances e a declaração do vencedor.

15.4.1 – A declaração do vencedor compreende a análise da proposta e amostra, se for o caso, e o julgamento de habilitação, de acordo com as exigências previstas neste Edital.

15.5 – Encerrada a etapa de lances, os licitantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarado o vencedor e se está liberada a opção para interposição de recurso. A partir da liberação, os licitantes terão 24 (vinte e quatro) horas para manifestar a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

15.6 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

15.7 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.8 - Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

## **16 – DA EXECUÇÃO E PRAZOS DOS SERVIÇOS**

16.1 - Os serviços deverão ser prestados conforme especificações contidas no anexo III, deste edital.

16.2 - O início dos serviços dar-se-á a partir de 10 (dez) dias corridos contados da ordem de início para prestação dos serviços.

16.2.1 – A ordem de início será específica para cada localidade/endereço e não, necessariamente, serão prestados os serviços em todas as localidades/endereços, constantes no Anexo III.

16.3 - Os serviços, inclusive a substituição de componentes, deverão ser executados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da solicitação do contratante, salvo aqueles serviços de execução periódica, para os quais serão definidos cronogramas logo após a assinatura do contrato.

16.4 – Após a prestação do serviço (recebimento provisório), iniciar-se-á o prazo de até 03 (três) dias úteis para a conferência, quando então se dará o RECEBIMENTO DEFINITIVO.



16.5 – No caso de inadimplência do licitante (entrega dos serviços com especificações diferentes ao ofertado ou com imperfeições)m considerar-se-á o recebimento após a prestação total dos serviços tais como contratados.

## **17 – FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

17.1 - Os serviços serão gerenciados e fiscalizados pela Diretoria da Secretaria de Apoio Administrativo da contratante, por meio da sua Subsecretaria de Segurança.

17.2 - O exercício da fiscalização pelo CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

## **18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

18.1 - A contratante somente deverá receber os produtos e atestar os serviços que atendam as especificações exigidas e o preço ofertado e efetuar o pagamento dentro do prazo pactuado;

18.2 - A contratante deverá proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do contrato, permitindo o acesso dos técnicos da contratada às dependências do TRT, observadas as normas institucionais de segurança;

18.3 - A contratante fornecerá atestados de capacidade técnica quando solicitados, desde que atendidas as obrigações contratuais.

## **19 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1 - A contratada obriga-se a zelar pela qualidade dos serviços, atendendo prontamente às solicitações do contratante nos prazos previstos neste edital.

19.2 -Comprovando-se a má qualidade dos serviços prestados, ou não atendendo às especificações do Edital, obriga-se a contratada a refazê-los sem qualquer ônus para o Tribunal;

19.3 - A contratada compromete-se a substituir peças e componentes do sistema CFTV respeitando a originalidade das marcas existentes no Tribunal ou a compatibilidade de modelos ou marcas similares com os demais equipamentos que compõem o sistema, no caso de impossibilidade de manutenção dos componentes originais.

19.4 - Comprovando-se a má qualidade dos componentes ou peças fornecidos, ou não atendendo às especificações do Edital, obriga-se a contratada a substituí-los sem qualquer ônus para o Tribunal;

19.5 - Realizadas as vistorias periódicas previstas no item 3.1, do anexo III, a contratada encaminhará relatório circunstanciado das condições do sistema, indicando, quando necessário, a localização e a especificação dos componentes a serem substituídos.

19.6 - A Contratada se obriga, durante toda a vigência do contrato, a informar a este Regional qualquer contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

19.7 - A Contratada se obriga, ainda, a manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação consignadas no edital.

## **20 – DO PAGAMENTO**

20.1 – Os pagamentos serão creditados em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.



20.1.1 – Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

20.2 – A emissão da ordem bancária será efetuada mensalmente, em até 10 (dez) dias úteis, após a entrega da Nota Fiscal, que deverá estar atestada pela Diretoria da Secretaria de Apoio Administrativo.

20.3 – O adimplemento da obrigação será em reais.

20.4 – Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

20.5 – Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o CONTRATADO será notificado pela Diretoria da Secretaria de Assuntos Orçamentário e Contábil para regularizar a documentação, ou indicar o fato impeditivo do cumprimento da obrigação, no prazo de 30 dias, sob pena de restar caracterizado o descumprimento do contrato, punível com as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no edital.

20.6 - Em caso de atraso no pagamento, a que a CONTRATADA não tenha dado causa, a CONTRATANTE, quando do respectivo pagamento, corrigirá, monetariamente, *pro rata die*, o valor devido, pelo IPCA do IBGE ou outro índice oficial que venha substituí-lo, sobre o total da parcela atrasada, após o recebimento definitivo. Incidindo sobre o valor devido juros moratórios de 1% ao mês, *pro rata die*.

## **21 – DAS SANÇÕES**

21.1- Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta ou da Ata de Registro de Preços, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e demais cominações legais.

21.2 – Garantida ampla e prévia defesa, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste Instrumento, que são:

21.2.1 – multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do serviço em atraso, cabível nos casos de atraso injustificado de até 60 (sessenta) dias no cumprimento dos prazos previstos neste edital para os compromissos assumidos;

21.2.2 – multa por inexecução contratual parcial de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 60 (sessenta dias), em substituição à penalidade prevista no subitem acima;

21.2.3 – multa por inexecução contratual parcial, até o máximo de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total contratado, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual, excetuada a mora.

21.2.4 – multa por inexecução contratual total de até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total contratado cabível na rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO- 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 85/2008

21.3 – As penalidades pecuniárias descritas neste edital poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, conforme permissibilidade contida na Lei 8.666/93.

21.4 – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério do Contratante a aceitação das justificativas apresentadas.

21.5 – Não havendo prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades pecuniárias referidas neste item poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

**22- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1 - Conforme art. 3º da resolução nº 7, de 18/10/2005, modificado pela resolução nº 9, de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

22.2 - Esta licitação poderá ser revogada sem que caiba indenização aos licitantes, em consequência da revogação, consoante previsão contida no art. 49 da Lei 8.666/93.

22.3 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.4 - Este Edital será afixado no quadro de aviso da Diretoria da Secretaria de Material e Patrimônio na Rua Curitiba 835, 7º andar, em Belo Horizonte e disponibilizado, para cópia, no mesmo endereço e nos sites: [www.trt3.jus.br](http://www.trt3.jus.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

22.5 - Para fins judiciais, fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte.

22.6 - Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 5.450/05, Lei 8.666/93 e demais legislação pertinente.

22.7 - Fazem parte integrante deste edital os anexos I a III e a minuta contratual.

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2008.

*CLÁUDIA SAMPAIO GONÇALVES*  
**Pregoeira**

*WALTER DE DEUS LOPES*  
**Coordenador**

**ANALISADO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA**



**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2008**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

(observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

**ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER INSERIDA ELETRONICAMENTE, PELA EMPRESA ARREMATANTE, NO CAMPO “DOCUMENTOS”, QUE SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FORNECEDORES, DEPOIS DE ENCERRADA A DISPUTA.**

**ORIENTAÇÃO PARA INCLUSÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS**  
**Acesso Identificado > Suas Propostas > Disputa Encerrada – “DOCUMENTOS”**



**ANEXO II**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2008**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa \_\_\_\_\_  
declara, sob as penalidades da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação  
como \_\_\_\_\_ (Micro-Empresa ou Empresa de Pequeno Porte), na forma  
da Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e do Decreto nº 6.204 de 05/09/2007, estando  
apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei  
Complementar.

---

(local e data)

---

(representante legal)

**ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER INSERIDA ELETRONICAMENTE, PELA EMPRESA ARREMATANTE, NO CAMPO “DOCUMENTOS”, QUE SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FORNECEDORES, DEPOIS DE ENCERRADA A DISPUTA.**

**ORIENTAÇÃO PARA INCLUSÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS**  
**Acesso Identificado > Suas Propostas > Disputa Encerrada – “DOCUMENTOS”**





### **ANEXO III**

#### **ESPECIFICAÇÕES**

##### **1 – Objeto**

Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de sistema CFTV de monitoramento por câmeras e de portais detectores de metal em unidades do Tribunal em Belo Horizonte e interior do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de peças e componentes originais em substituição, quando necessários, tudo na forma das especificações, quantidades, periodicidades e demais elementos constantes deste Termo de Referência.

##### **2 – Descrição dos sistemas onde poderão ser solicitados os serviços, especificações técnicas e quantidades**

###### **2.1. Edifício-Sede e Anexo: Av. Getúlio Vargas, 225 e 265 - Belo Horizonte**

- Edifício-Sede com 15 (quinze) andares, *hall*, garagem e área externa monitorados, com central de segurança e monitoramento instalada no 1º andar;
- Edifício-Anexo com 10 (dez) andares, com monitoramento no *hall*, área externa (comum ao Edifício-Sede) e garagem (contígua à do Edifício-Sede);
- Sistema composto de 48 (quarenta e oito) micro-câmeras digitais, com dispositivo de imagem ¼ Sharp color CCD, resolução de 380 TV linhas, iluminação mínima 0,7 Lux, lente de 3,6 mm, caixa de proteção mini dome fume, fonte de alimentação 12 V, 5 A chaveada (90 a 240v), conector BNCF e F e cabo coaxial RG-59-67% de malha com tripolar, marca Tec Voz, placas de captura de vídeo marca Geovision GV/800-16c. de 120 fps.
- 02 (dois) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.

###### **2.2. Fórum das Varas do Trabalho: Av. Augusto de Lima, 1234 - Belo Horizonte**

- Edifício com 19 (dezenove) andares monitorados, com sala de monitoramento instalada no *hall*;
- 56 (cinquenta e seis) micro-câmeras digitais, com dispositivo de imagem ¼ Sharp color CCD, resolução de 380 TV linhas, iluminação mínima 0,7 Lux, lente de 3,6 mm, caixa de proteção mini dome fume, fonte de alimentação 12 V, 5 A chaveada (90 a 240v), conector BNCF e F e cabo coaxial RG-59-67% de malha com tripolar, marca Tec Voz, placas de captura de vídeo marca Geovision GV/800-16c. de 120 fps.

###### **2.3. Fórum Trabalhista de Contagem**

- Edifício com 06 (seis) andares, garagem, pilotis e portaria monitorados, num total de 16 (dezesesseis) micro-câmeras digitais, com dispositivo de imagem ¼ Sharp color CCD, resolução de 380 TV linhas, iluminação mínima 0,7 Lux, lente de 3,6 mm, caixa de proteção mini dome fume, fonte de alimentação 12 V, 500mA chaveada (90 a 240v), conector BNCF e F e cabo coaxial RG-59-67% de malha com tripolar, marca Tec Voz, placas de captura de vídeo marca Geovision GV/250-4c. de 20 fps., e 07 (sete) micro-computadores, dispostas como segue:
- Garagem, portaria e pilotis: 03 (três) micro-câmeras, monitoradas em 01 (um) computador marca Bitway;
- 1º Andar (Secretaria do Foro): 03(três) micro câmeras (Setor Distribuição, Atermação e *hall* de espera), monitoradas em 01 (um) microcomputador marca Itautec;



- 2º Andar (1ª Vara): 02 (duas) micro-câmeras (*hall* de espera e balcão), monitoradas em 01 (um) microcomputador marca Bitway;
- 3º Andar (2ª Vara): 02 (duas) micro câmeras (*hall* de espera e balcão), monitoradas em 01 (um) microcomputador marca Bitway;
- 4º Andar (3ª Vara): 02 (duas) micro câmeras (*hall* de espera e balcão), monitoradas em 01 (um) microcomputador marca Bitway;
- 5º Andar (4ª Vara): 02 (duas) micro câmeras (*hall* de espera e balcão), monitoradas em 01 (um) microcomputador marca Bitway;
- 6º Andar (5ª Vara): 02 (duas) micro câmeras (*hall* de espera e balcão), monitoradas em 01 (um) microcomputador marca Bitway;
- 01 (um) portal detector de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.

2.4. Fórum Trabalhista de Betim

- Edifício com 05 (cinco) andares, garagem e portaria monitorados, num total de 13 (treze) micro-câmeras digitais, com dispositivo de imagem ¼ Sharp color CCD, resolução de 380 TV linhas, iluminação mínima 0,7 Lux, lente de 3,6 mm, caixa de proteção mini dome fume, fonte de alimentação 12 V, 500mA chaveada (90 a 240v), conector BNCF e F e cabo coaxial RG-59-67% de malha com tripolar, marca Tec Voz, placas de captura de vídeo marca Geovision GV/250-4c 20fps e GV/800-16c. de 120 fps., e 07 (sete) micro-computadores, dispostas como segue:
- Portaria e garagem: 02 (duas) micro-câmeras monitoradas em 01 (um) micro-computador na portaria;
- 2º andar (Secretaria do Foro): 02 (duas) micro-câmeras, monitorados em 01 (um) micro-computador, que também monitora as micro-câmeras instaladas no *hall* do 3º, 4º e 5º andares;
- 3º andar (1ª e 2ª Varas + *hall*): 03 (três) micro-câmeras, sendo 01 (uma) no *hall*, e 01 (uma) em cada balcão de Vara, cada qual conectada em 01 (um) micro-computador na Secretaria da Vara;
- 4º andar (3ª e 4ª Varas + *hall*): 03 (três) micro-câmeras, sendo 01 (uma) no *hall*, e 01 (uma) em cada balcão de Vara, cada qual conectada em 01 (um) micro-computador na Secretaria da Vara;
- 5º andar (5ª Vara + *hall*): 03 (três) micro-câmeras, sendo 02 (duas) no *hall*, e 01 (uma) no balcão da Vara, conectada em 01 (um) micro-computador;
- 01 (um) portal detector de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.

2.5. Fórum Trabalhista de Barbacena

- 01 (um) portal detector de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.

2.6. Fórum Trabalhista de Juiz de Fora

- 01 (um) portal detector de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.

2.7. Fórum Trabalhista de Congonhas

- 01 (um) portal detector de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.

2.8. Fórum Trabalhista de Coronel Fabriciano

- 02 (dois) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.

2.9. Fórum Trabalhista de Divinópolis

- 02 (dois) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.

2.10. Fórum Trabalhista de Governador Valadares



- 04 (quatro) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.
- 2.11. Fórum Trabalhista de João Monlevade
- 02 (dois) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.
- 2.12. Fórum Trabalhista de Montes Claros
- 02 (dois) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.
- 2.13. Fórum Trabalhista de Passos
- 02 (dois) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.
- 2.14. Fórum Trabalhista de Poços de Caldas
- 02 (dois) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.
- 2.15. Fórum Trabalhista de Pouso Alegre
- 02 (dois) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.
- 2.16. Fórum Trabalhista de Sete Lagoas
- 01 (um) portal detector de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.
- 2.17. Fórum Trabalhista de Uberaba
- 01 (um) portal detector de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.
- 2.18. Fórum Trabalhista de Uberlândia
- 01 (um) portal detector de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.
- 2.19. Fórum Trabalhista de Varginha
- 01 (um) portal detector de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.

### **3 – Especificação dos serviços**

- 3.1.** Manutenção preventiva mensal, compreendendo vistoria nos prédios indicados pelo contratante dentre aqueles endereços listados no item 2, para verificação da integridade, funcionamento e condições de uso de todos os componentes do sistema instalados, inclusive *software* e sistemas de gravação, cabeamento e fontes, em especial:
- Execução de limpeza de todos os equipamentos;
  - Verificação de conexões do cabeamento;
  - Verificação do funcionamento do sistema de gravação, da qualidade das imagens gravadas, dos indicadores de data e hora, realizando testes de gravação e reprodução;
  - Verificação da reprodução das imagens das câmeras nos monitores e/ou televisores, de modo a garanti-las perfeitas, com foco, contraste, cores e enquadramento do alvo bem definidos, livres de interferência;
  - Verificar a tensão de alimentação das câmeras;
  - Execução de limpeza de lentes e câmeras;



- Verificação das condições das baterias, *no-breaks* e estabilizadores;
- Verificação do funcionamento dos sensores dos portais, inclusive calibragem;
- Verificação dos menus de controle dos portais, inclusive *led*;
- Execução dos serviços não constantes deste item, mas previstos no manual do fabricante dos equipamentos;
- Emissão de relatórios registrando todas as ações realizadas na manutenção preventiva, com diagnósticos de funcionamento dos equipamentos e recomendações de substituição ou reparos futuros.

3.2. Manutenção corretiva e emergencial, compreendendo ajustes e, quando necessário, substituição de peças e componentes por originais ou similares, inclusive:

- Desmontar, montar, remanejar, desinstalar, instalar e substituir todos os equipamentos objeto do contrato, quando solicitado pelo contratante e conforme suas especificações, inclusive quando houver mudança de endereço ou de *layout* das Unidades;
- Embalar adequadamente todos os componentes ou equipamentos desinstalados, cuidando do seu transporte e guarda em local indicado pelo contratante;
- Consertar e repor todos os componentes, equipamentos e acessórios dos sistemas objeto do contrato, resguardando a continuidade do seu funcionamento, inclusive promovendo a substituição do equipamento até a solução do defeito, caso implique em paralisação superior a 24 (vinte e quatro) horas.

#### 4 – Valor total estimado

O valor mensal total estimado para a contratação é de **R\$40.000,00** (quarenta mil reais), sendo  $\frac{3}{4}$  do valor referentes a serviços e  $\frac{1}{4}$  referente a peças e componentes, perfazendo um valor estimado anual de **R \$480.000,00** (quatrocentos e oitenta mil reais), na mesma proporção acima, segundo a média de preços praticados no mercado e conforme orçamentos elaborados por empresas especializadas na comercialização do objeto, que se enquadram nas exigências deste edital, e segundo, ainda, estimativa de frequência de substituição de peças e componentes.

5.1. Os serviços de manutenção preventiva descritos no item 3.1. serão remunerados de acordo com as localidades onde os serviços estarão sendo executados. A contratada será informada sobre a(s) localidade(s) onde serão prestados os serviços, com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência à execução dos serviços.

#### 6 - PLANILHAS PARA FORMAÇÃO DE PREÇOS

##### (A) VALORES DE PEÇAS E COMPONENTES

|      | DESCRIÇÃO   | VALOR UNITÁRIO (R \$) |
|------|---|-----------------------|
| CFTV | Micro-câmera digital, com dispositivo de imagem $\frac{1}{4}$ Sharp color CCD, resolução de 380 TV linhas, iluminação mínima 0,7 Lux, lente de 3,6 mm, com caixa de proteção mini dome fume, marca Tec Voz. |                       |
|      | Fonte de alimentação 12 V, 5 A chaveada (90 a 240v).  |                       |
|      | Conector BNCF e F.  |                       |
|      | Cabo coaxial RG-59-67% de malha com tripolar.   |                       |
|      | Placa de captura de vídeo marca Geovision GV/800-16c. de 120 fps.   |                       |
|      | Placa de captura de vídeo marca Geovision GV/250-4c. de 20 fps.   |                       |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO- 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 85/2008

|   |                                 |  |
|---|---------------------------------|--|
| <b>PORTAIS</b>                            | Placa Central do Detector       |  |
|   | Antena Transmissora             |  |
|   | Antena Receptora                |  |
|   | Painel de Comando e Programação |  |
|   | Fonte de Alimentação 90-240vca  |  |
| <b>VALOR TOTAL DE PEÇAS E COMPONENTES</b> |                                 |  |

**(B) VALORES PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**

| <b>LOCALIDADE</b>   | <b>VALOR MENSAL (R\$)</b> |
|---|---------------------------|
| Edifício-Sede e Anexo: Av. Getúlio Vargas, 225 e 265 - Belo Horizonte   |                           |
| Fórum das Varas do Trabalho: Av. Augusto de Lima, 1234 - Belo Horizonte |                           |
| Fórum Trabalhista de Contagem   |                           |
| Fórum Trabalhista de Betim  |                           |
| Fórum Trabalhista de Barbacena  |                           |
| Fórum Trabalhista de Juiz de Fora                                       |                           |
| Fórum Trabalhista de Congonhas  |                           |
| Fórum Trabalhista de Coronel Fabriciano                                 |                           |
| Fórum Trabalhista de Divinópolis  |                           |
| Fórum Trabalhista de Governador Valadares                               |                           |
| Fórum Trabalhista de João Monlevade                                     |                           |
| Fórum Trabalhista de Montes Claros                                      |                           |
| Fórum Trabalhista de Passos   |                           |
| Fórum Trabalhista de Poços de Caldas                                    |                           |
| Fórum Trabalhista de Pouso Alegre                                       |                           |
| Fórum Trabalhista de Sete Lagoas  |                           |
| Fórum Trabalhista de Uberaba  |                           |
| Fórum Trabalhista de Uberlândia   |                           |
| Fórum Trabalhista de Varginha   |                           |
| <b>VALOR TOTAL MENSAL DA MANUTENÇÃO</b>                                 |                           |

**(C) VALOR GLOBAL**

|   |  |
|---|--|
| VALOR TOTAL DE PEÇAS E COMPONENTES<br>(apurado conforme planilha A) |  |
| VALOR TOTAL MENSAL DA MANUTENÇÃO<br>(apurado conforme planilha B)   |  |
| <b>VALOR GLOBAL (R\$)</b>   |  |

**OBSERVAÇÕES:**

- O valor da proposta deverá ser o valor GLOBAL do lote, apurado conforme acima.
- Os licitantes deverão fazer seus lances pelo valor GLOBAL.
- Somente a empresa arrematante deverá entregar-nos a proposta comercial detalhada e ajustada ao valor do lance.
  - Ao ajustar os preços unitários ao valor do lance, deverá ser observada a manutenção de duas casas decimais.



- O valor total da proposta, em hipótese alguma, poderá ser superior ao valor do “menor lance” ofertado pela empresa.

*MINUTA CONTRATUAL REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 85/2008*

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO E A EMPRESA ....., PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMA CFTV DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS E DE PORTAIS DETECTORES DE METAL EM UNIDADES DO CONTRATANTE NA CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO**, CNPJ 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Luís Paulo Garcia Faleiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº M-3475434, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais em 06 de julho de 1983, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 617.447.866-15, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, conforme competência que lhe foi delegada pela Portaria 02 de 02 de janeiro de 2008, publicada no Jornal Minas Gerais, Diário do Judiciário, de 08 de janeiro de 2008, doravante denominado **CONTRATANTE**, e como **CONTRATADA** a empresa....., CNPJ....., estabelecida na Rua ....., neste ato representada por ....., brasileiro, ....., portador da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela Secretaria de Segurança Pública de ....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº ....., residente e domiciliado em ....., resolvem firmar o presente contrato, conforme o Pregão Eletrônico 085/2008, SUP 30.698/2008, regido pela Lei 10.520/02, pelo Decreto 5.450/05, regido pela Lei 8.666/93, legislação complementar e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO:**

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviço especializado para manutenção preventiva e corretiva de



sistemas CFTV de monitoramento por câmeras e de portais detectores de metal, instalados em unidades do CONTRATANTE na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de peças e componentes originais em substituição, quando necessários, na conformidade da especificação constante do Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico 85/2008, que integra este Termo Contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

**Parágrafo Primeiro:** Os serviços, objeto deste contrato, serão implementados gradativamente, mediante ordem de serviço a ser expedida pela Diretoria da Secretaria de Apoio Administrativo do CONTRATANTE, por meio da sua Subsecretaria de Segurança, indicando as localidades a serem incluídas nos serviços a serem prestados, dentre as abaixo relacionadas, a saber:

| <b>UNIDADES</b>                                       | <b>SISTEMA CFTV</b>                          |
|---|--|
| Av. Getúlio Vargas, 225 e 265, em Belo Horizonte - MG | 48 (quarenta e oito) micro-câmeras digitais  |
| Av. Augusto de Lima, 1234, em Belo Horizonte - MG     | 56 (cinquenta e seis) micro-câmeras digitais |
| Fórum Trabalhista de Contagem                         | 16 (dezesesseis) micro-câmeras digitais      |
| Fórum Trabalhista de Betim                            | 13 (treze) micro-câmeras digitais            |

| <b>UNIDADES</b>   | <b>PORTAIS</b>   |
|---|--|
| Av. Getúlio Vargas, 225 e 265, nesta Capital  | 02 (dois) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX    |
| Fóruns Trabalhistas de Barbacena, Congonhas, Juiz de Fora, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia e Varginha                        | 01 (um) portal detector de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.        |
| Fóruns Trabalhistas de Coronel Fabriciano, Divinópolis, João Monlevade, Montes Claros, Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre | 02 (dois) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX.   |
| Fórum Trabalhista de Governador Valadares   | 04 (quatro) portais detectores de metal, marca Detronix, modelo Metuus DX. |

**Parágrafo Segundo:** Os serviços de manutenção preventiva compreenderão:

- a) Execução de limpeza de todos os equipamentos;
- b) Verificação de conexões do cabeamento;
- c) Verificação do funcionamento do sistema de gravação, da qualidade das imagens gravadas, dos indicadores de data e hora, realizando testes de gravação e reprodução;
- d) Verificação da reprodução das imagens das câmeras nos monitores e/ou televisores, de modo a garanti-las perfeitas, com foco, contraste, cores e enquadramento do alvo bem definidos, livres de interferência;



- e) Verificação da tensão de alimentação das câmeras;
- f) Execução de limpeza de lentes e câmeras;
- g) Verificação das condições das baterias, *no-breaks* e estabilizadores;
- h) Verificação do funcionamento dos sensores dos portais, inclusive calibragem;
- i) Verificação dos menus de controle dos portais, inclusive *led*;
- j) Execução dos demais serviços previstos no manual do fabricante dos equipamentos;
- k) Emissão de relatórios registrando todas as ações realizadas na manutenção preventiva, com diagnósticos de funcionamento dos equipamentos e recomendações de substituição ou reparos futuros.

**Parágrafo Terceiro:** Os serviços de manutenção corretiva e emergencial compreenderão:

- a) Desmontagem, montagem, remanejamento, desinstalação, instalação e substituição de equipamentos incluídos nos serviços de manutenção corretiva, mediante solicitação do CONTRATANTE e conforme suas especificações, inclusive quando houver mudança de endereço ou de *layout* de Unidades;
- b) Embalagem adequada de todos os componentes ou equipamentos desinstalados, cuidando do seu transporte e guarda em local indicado pelo CONTRATANTE;
- c) Conserto e reposição de todos os componentes, equipamentos e acessórios dos sistemas incluídos nos serviços de manutenção corretiva, resguardando a continuidade do seu funcionamento, inclusive promovendo a substituição do equipamento até a solução do defeito, caso implique em paralisação superior a 24 (vinte e quatro) horas.

## **CLÁUSULA SEGUNDA** **DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

Os serviços serão contratados para execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, na forma deste contrato, obedecendo, integralmente, às especificações, planilha, plantas e demais elementos fornecidos pelo CONTRATANTE e integrantes da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico 85/2008

## **CLÁUSULA TERCEIRA** **DOS PREÇOS:**

Pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva indicados na Cláusula Primeira, será devido à CONTRATADA, pelos serviços já implementados, os valores mensais unitários constantes da tabela abaixo, conforme proposta e planilha de formação de preços apresentadas para o Pregão Eletrônico 85/2008, que passam a fazer parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, estando nele incluídos todos os tributos, tais como IPI, ICMS, ISS, frete, seguro, bem como quaisquer outras despesas que venham a incidir sobre o objeto deste contrato, a saber:





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO- 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 85/2008

| LOCALIDADE | VALOR MENSAL (R\$) |
|------------|--------------------|
|------------|--------------------|



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO- 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 85/2008

|   |                           |
|---|---------------------------|
| Edifício-Sede e Anexo: Av. Getúlio Vargas, 225 e 265<br>Belo Horizonte – MG   |                           |
| Fórum das Varas do Trabalho: Av. Augusto de Lima,<br>1234 Belo Horizonte - MG |                           |
| Fórum Trabalhista de Contagem   |                           |
| Fórum Trabalhista de Betim  |                           |
| Fórum Trabalhista de Barbacena  |                           |
| Fórum Trabalhista de Juiz de Fora   |                           |
| Fórum Trabalhista de Congonhas  |                           |
| <b>LOCALIDADE</b>   | <b>VALOR MENSAL (R\$)</b> |
| Fórum Trabalhista de Coronel Fabriciano                                       |                           |
| Fórum Trabalhista de Divinópolis  |                           |
| Fórum Trabalhista de Governador Valadares                                     |                           |
| Fórum Trabalhista de João Monlevade   |                           |
| Fórum Trabalhista de Montes Claros  |                           |
| Fórum Trabalhista de Passos   |                           |
| Fórum Trabalhista de Poços de Caldas  |                           |
| Fórum Trabalhista de Pouso Alegre   |                           |
| Fórum Trabalhista de Sete Lagoas  |                           |
| Fórum Trabalhista de Uberaba  |                           |
| Fórum Trabalhista de Uberlândia   |                           |
| Fórum Trabalhista de Varginha   |                           |

**Parágrafo Único:** As peças e componentes necessárias à reposição serão fornecidas pela CONTRATADA e remuneradas pelo CONTRATANTE tomando-se por referência os valores constantes da tabela abaixo:

|             | <b>DESCRIÇÃO</b>  | <b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b> |
|-------------|---|-----------------------------|
| <b>CFTV</b> | Micro-câmera digital, com dispositivo de imagem ¼ Sharp color CCD, resolução de 380 TV linhas, iluminação mínima 0,7 Lux, lente de 3,6 mm, com caixa de proteção mini dome fume, marca Tec Voz. |                             |
|             | Fonte de alimentação 12 V, 5 A chaveada (90 a 240v).  |                             |
|             | Conector BNCF e F.  |                             |
|             | Cabo coaxial RG-59-67% de malha com tripolar.   |                             |
|             | Placa de captura de vídeo marca Geovision GV/800 -16c. de 120 fps.  |                             |
|             | Placa de captura de vídeo marca Geovision GV/250 -4c. de 20 fps.  |                             |



|                |                                 |  |
|----------------|---------------------------------|--|
| <b>PORTAIS</b> | Placa Central do Detector       |  |
|                | Antena Transmissora             |  |
|                | Antena Receptora                |  |
|                | Painel de Comando e Programação |  |
|                | Fonte de Alimentação 90-240vca  |  |

**CLÁUSULA QUARTA**  
**DO PAGAMENTO:**

A CONTRATADA apresentará, mensalmente, Nota Fiscal ou Fatura em Reais, relativa aos serviços efetivamente prestados, que, após atestada pela Diretoria da Secretaria de Apoio Administrativo do CONTRATANTE, será paga em até 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal, mediante emissão de Ordem Bancária em favor da Conta Corrente ....., Agência ....., do Banco ....., em ....., em nome da CONTRATADA ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

**Parágrafo Primeiro:** Os pagamentos, mediante a emissão de ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Parágrafo Segundo:** Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, a CONTRATADA será notificada pela Diretoria da Secretaria de Assuntos Orçamentário e Contábil para regularizar a documentação, ou indicar o fato impeditivo do cumprimento da obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de restar caracterizado o descumprimento do contrato, punível com as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Terceiro:** Ocorrendo atraso no pagamento, por motivo a que não tiver dado causa e para o qual não tenha contribuído a CONTRATADA, o CONTRATANTE corrigirá, monetariamente, o valor devido aplicando-se o índice IPCA/IBGE “pro rata die”, a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil, acrescendo-se juros moratórios de 1% (um por cento), “pro rata die”, após a apresentação da fatura, devidamente atestada pelo setor competente do CONTRATANTE.

**Parágrafo Quarto:** Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

**CLÁUSULA QUINTA**  
**DA EXECUÇÃO E DOS PRAZOS DOS**



### **SERVIÇOS:**

Os serviços serão iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir emissão da ordem de serviços referente a cada unidade do CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro:** Os serviços de manutenção preventiva periódica serão prestados conforme cronograma a ser definido em comum acordo pelas partes.

**Parágrafo Segundo:** Os serviços de manutenção corretiva e emergencial, incluindo a substituição de peças ou componentes, serão prestados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da solicitação do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA:**

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser estendida, por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na conveniência do CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo.

**Parágrafo Único:** Ocorrendo prorrogação do contrato, os valores praticados poderão ser reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, escolhido em comum acordo pelas partes.

### **CLÁUSULA SÉTIMA DA GARANTIA:**

A CONTRATADA se obriga a prestar garantia dos serviços executados, bem como exercer a garantia do fabricante das peças e componentes substituídos contra eventuais defeitos de fabricação e/ou transporte, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal ou Fatura referente aos serviços prestados ou peças e componentes fornecidos.

### **CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

As despesas com o presente contrato correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, por meio da verba PTRES 000571-339030 e 000571-339039 e Notas de Empenho 2008NE..... emitidas em ..... pelo CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**



A CONTRATADA se obriga a zelar pela qualidade do serviço prestado, mantendo durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação existentes no ato de assinatura deste Termo. Se, no decorrer da vigência do contrato comprovar-se a má qualidade na prestação dos serviços ou das peças e componentes fornecidos, obriga-se a CONTRATADA a refazê-los ou substituí-los, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA deverá substituir peças e componentes do sistema CFTV respeitando a originalidade das marcas existentes nos endereços do CONTRATANTE ou a compatibilidade de modelos ou marcas similares com os demais equipamentos que compõem o sistema, no caso de impossibilidade de manutenção dos componentes originais.

**Parágrafo Segundo:** Comprovando-se a má qualidade dos componentes ou peças fornecidos, ou não atendendo às especificações do Edital, obriga-se a CONTRATADA a substituí-los sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA se obriga a informar ao CONTRATANTE qualquer contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA** **DAS PENALIDADES:**

Garantida ampla e prévia defesa, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste Instrumento, que são:

- a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do serviço em atraso, cabível nos casos de atraso injustificado de até 60 (sessenta) dias no cumprimento de prazos previstos neste contrato para compromissos assumidos;
- b) multa por inexecução contratual parcial de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias, em substituição à penalidade prevista na alínea "a" desta Cláusula;
- c) multa por inexecução contratual parcial, até o máximo de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual, excetuada a mora.
- d) multa por inexecução contratual total de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, cabível na rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.



**Parágrafo Primeiro:** As penalidades pecuniárias descritas nesta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, conforme permissibilidade contida na Lei 8.666/93.

**Parágrafo Segundo:** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério do CONTRATANTE a aceitação das justificativas apresentadas.

**Parágrafo Terceiro:** Não havendo prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades pecuniárias referidas nesta Cláusula poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FISCALIZAÇÃO:**

A execução dos serviços, objeto deste contrato, será fiscalizada nos termos do Art. 67, da Lei 8.666/93, pelo Diretor da Secretaria de Apoio Administrativo do CONTRATANTE, por meio da sua Subsecretaria de Segurança.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA RESCISÃO:**

Na conveniência do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido antes de seu término, sem qualquer outra responsabilidade, devendo, para tanto, ser notificada a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvados os compromissos assumidos.

**Parágrafo Único:** A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, na forma do Art. 77, da Lei 8.666/93, constituindo motivo para rescisão aqueles previstos no Art. 78 do mesmo diploma legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO:**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal nesta Capital, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

Para constar, e como prova deste ajuste, foi lavrado o presente que, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes, extraído-se cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar no Diário Oficial da União.

Belo Horizonte,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO- 3ª REGIÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO 85/2008

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO**  
**DA TERCEIRA REGIÃO**  
Luís Paulo Garcia Faleiro  
Diretor-Geral

Examinada e aprovada.  
Em 24 de novembro de 2008.

**ANTÔNIO DE SOUZA PONTES FILHO**

Assessor Jurídico  
Portaria 49/01

[VT/licitações/minuta PRE 85 2008]